

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA MULTICULTURAL NA UNIDADE ESCOLAR SERRA DA CAPIVARA

Bárbara Rodrigues Ribeiro

Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/SRN)

E-mail: barbararibeiro@aluno.uespi.br

Pávia de Sousa Silva

Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/SRN)

E-mail: paviasilva@aluno.uespi.br

Professora-Orientadora Cristiane Maria Marcelo

Professora Adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/SRN)

E-mail: cristiane.marcelo@srn.uespi.br

RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina de Estágio Supervisionado I do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no período de agosto a setembro de 2025, tem como objetivo analisar de que maneira o componente curricular *História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* contribui para a construção de uma consciência multicultural entre estudantes e professores da Unidade Escolar Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato-PI. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, associada a uma abordagem mista, envolveu a observação participante, entrevistas com docentes e aplicação de questionários a alunos do 7º e 9º ano. A fundamentação teórica apoiou-se em autores como Nêgo Bispo (2023), Bárbara Pinheiro (2023) e Lilian Mendes (2014) que discutem a “colonização epistemológica” e os desafios da educação antirracista. Os resultados indicam que, embora a Lei nº 11.645/2008 represente um avanço na valorização da diversidade cultural brasileira, ainda há obstáculos para sua efetiva implementação. Os professores relataram dificuldades relacionadas ao desinteresse dos alunos, à falta de materiais didáticos adequados e à ausência de formação específica e de apoio institucional. Apesar disso, observou-se o empenho docente na criação de estratégias pedagógicas próprias, utilizando textos, vídeos, músicas e debates.

Palavras-chave: Educação antirracista; Multiculturalismo; Lei nº 11.645/2008; Ensino de História.

1 - INTRODUÇÃO

O Brasil é um país culturalmente diversificado, rico em tradições, crenças, costumes e outras manifestações originárias de diferentes matrizes como as culturas indígena, africana e portuguesa. A historiografia clássica, no entanto, por muito tempo acabou privilegiando o ponto de vista, os conceitos e as leituras da realidade ocidental para embasar seus debates e trabalhos. Diante disso, a história do Brasil, segundo o pensador contracolonialista Nêgo Bispo (2023), reflete um processo de “colonização epistemológica” que apagou figuras negras

e indígenas e desvalorizou suas culturas. Nesse sentido, é necessário desconstruir essa visão discriminatória e reconhecer a diversidade e o intercâmbio cultural que formam o povo brasileiro. Em São Raimundo Nonato-PI, essa diversidade se expressa também na presença histórica de comunidades negras e quilombolas, como aquelas que compõem o Quilombo Lagoas, o terceiro maior do país, cujas tradições e práticas culturais seguem vivas e reforçam a necessidade de uma abordagem educativa que valorize o pluralismo e combata o racismo.

Tendo isso em vista, o presente trabalho – resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da disciplina de Estágio Supervisionado I do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), realizada entre agosto e setembro de 2025 – buscou analisar de que maneira o componente curricular *História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* contribui para a construção de uma consciência multicultural entre os estudantes e professores da Unidade Escolar Serra da Capivara, na cidade de São Raimundo Nonato-PI, bem como examinar o nível de receptividade dos discentes às temáticas trabalhadas no componente. Procuramos também identificar as estratégias pedagógicas utilizadas pela gestão escolar e pelos docentes para a efetivação da Lei nº 11.645/2008 – que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena –, como forma de promover a valorização dessas culturas, assim como verificar os desafios enfrentados pelos professores no debate da temática e o modo como essas dificuldades impactam a valorização da multiculturalidade do Brasil entre os alunos.

2 - METODOLOGIA

A metodologia de trabalho aqui adotada possui uma abordagem mista – combinando elementos qualitativos e quantitativos, de modo a aprofundar nossas análises sobre a complexidade do ambiente escolar – e tem caráter exploratório e descritivo. Ela foi constituída pelo acompanhamento das aulas do componente curricular *História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* ministradas nas turmas de 7º e 9º ano do turno vespertino da referida instituição de ensino, por meio da observação participante (entendida aqui como a imersão no cotidiano da turma, registrando de forma sistemática as interações e práticas pedagógicas observadas em um caderno de campo), pela aplicação de questionários junto aos alunos e pela realização de entrevistas com professores responsáveis pelo componente, com enfoque no desenvolvimento das práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula.

Zanella (2007) apresenta o uso de questionários como opção viável para pesquisas de cunho quantitativo, possibilitando maior rapidez na coleta e análise de dados e oferecendo

maior liberdade nas respostas. Já a realização de entrevistas configura-se como uma abordagem qualitativa acessível a diferentes públicos, permitindo analisar atitudes, comportamentos, reações e gestos, e proporcionando maior flexibilidade ao entrevistador, de acordo com o contexto em que a interação ocorre.

Para o desenvolvimento da pesquisa junto aos alunos, fizemos a exibição de vídeos e músicas que exaltam as culturas afro-brasileira e indígena – ao mesmo tempo em que promovem o resgate de personagens cujas histórias foram silenciadas pelo predomínio da cultura eurocentrada dos grandes “heróis” –, seguida da aplicação de um questionário (com questões objetivas e discursivas), visando ampliar a compreensão sobre a forma como o componente curricular vem sendo trabalhado e o nível de receptividade dos discentes às temáticas que abordam a multiculturalidade brasileira. Para dar corpo e sustentação à nossa análise dos resultados obtidos, utilizamos como principais referenciais teóricos os trabalhos de Bárbara Pinheiro (2023) e Lilian Mendes (2014), cujas contribuições – ao tratar dos desafios para a promoção de uma educação antirracista e de valorização da multiculturalidade brasileira – enriqueceram a fundamentação de nosso texto.

Dessa forma, temos que a inclusão da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, por meio da Lei nº 11.645/2008, é indiscutivelmente um marco na história da educação brasileira. Contudo, segundo a intelectual Lilian Mendes (2014), muito ainda deve ser feito para que se estabeleça um ensino que valorize o fomento da inter e multiculturalidade presente no processo de formação do Brasil. Para a autora, reconhecer a multiculturalidade brasileira é reconhecer nossa riqueza, e não uma deficiência, pois é na interação entre as diferentes matrizes culturais – indígena, africana e europeia – que se constrói a identidade do povo brasileiro.

Desse modo, é necessário compreender a pluralidade cultural de nosso país não como um empecilho, mas como um diferencial – aquilo que nos torna únicos, verdadeiramente brasileiros – e, ao mesmo tempo, promover nos espaços escolares, que se configuram como uma das primeiras instituições formadoras com as quais temos contato ainda na infância, o respeito à diversidade social, cultural, religiosa, de gênero, entre outras.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o presente estudo, foram entrevistados dois professores que relataram algumas das principais dificuldades que enfrentam ao ministrar o novo componente curricular *História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* que foi inserido nas escolas do município de São

Raimundo Nonato no primeiro semestre de 2025. Dentre essas dificuldades destacam-se desinteresse dos alunos pela disciplina, a carência de apoio da escola e dos familiares, a baixa conscientização dos agentes educacionais (a Secretaria Municipal de Educação, a gestão e os demais professores) para a temática, a falta de materiais específicos e a ausência de uma formação para os docentes ministrarem as aulas – responsabilidade da Secretaria da Educação Municipal que, de acordo com os professores, apenas fornece sequências didáticas. Além disso, ambos ressaltam a dificuldade de acesso à ementa da disciplina, que não foi disponibilizada pelo setor competente.

Em relação às metodologias utilizadas, os professores afirmaram recorrer à leitura de textos, à exposição e interpretação de imagens ilustrativas, à exibição de vídeos e músicas. Alguns ainda realizam rodas de conversa, debates, análises de documentários, entre outras práticas. Tais materiais são, em sua maioria, produzidos pelos próprios docentes, no intuito de suprir as lacunas deixadas pela escola e pela Secretaria Municipal de Educação. Esse cenário evidencia não apenas a necessidade de ampliar práticas pedagógicas que incentivem a reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico dos discentes acerca da temática, mas também a urgência de um maior comprometimento dos órgãos educacionais em oferecer um suporte adequado aos professores.

Ademais, ainda durante o processo de levantamento de dados, foi aplicado um questionário anônimo aos alunos de uma das turmas do 7º ano e duas turmas do 9º ano (totalizando 38 alunos) para analisar o impacto da implementação do componente curricular em suas vidas. Ao analisar algumas das respostas às perguntas, notou-se que, ao se depararem com a questão “A disciplina ajuda você a perceber a importância da luta contra o racismo e a discriminação?”, 35 alunos (92,1%) responderam positivamente, enquanto apenas 3 alunos (7,9%) responderam que não ou optaram por não responder. Quando questionados sobre o interesse em aprender mais sobre a disciplina, 84,2% (32 alunos) responderam que sim, enquanto 15,8% (6 alunos) responderam que não ou não responderam. Na sequência, diante da questão “As aulas despertam em você mais respeito pelas culturas africanas e indígenas?”, 78,9% (30 alunos) responderam que sempre, 21,1% (8 alunos) responderam que nunca, às vezes ou não responderam.

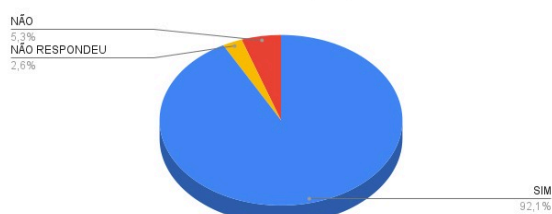
Em relação ao questionamento “Até agora, quais foram seus maiores aprendizados com este componente curricular?”, dos 38 alunos que responderam ao questionário, a maioria, 29 alunos (76,3%), afirma ter aprendido mais sobre as culturas afro-brasileira e

indígena (incluindo sua história, costumes, tradições e lendas), a importância do respeito ao próximo (práticas antirracistas, combate à intolerância religiosa, entre outros aspectos) e da promoção da igualdade de oportunidades entre diferentes grupos. Nove alunos (23,7%) declararam não saber responder ou preferiram não comentar. Esses dados demonstram que, apesar do pouco interesse dos alunos em relação à implementação do novo componente curricular, eles reconhecem a importância do componente curricular e dos debates sobre racismo e discriminação na sociedade brasileira.

Figuras 1 e 2 - Gráficos Indicando Algumas das Respostas Obtidas com o Questionário

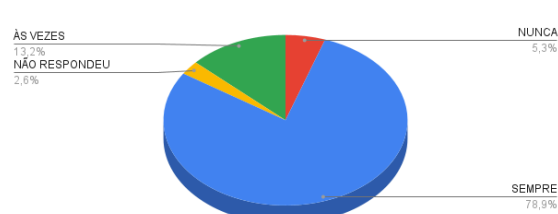
A disciplina ajuda você a perceber a importância da luta contra o racismo e a discriminação?

Turmas de 7º e 9º ano da U. E. Escolar Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato - PI.



As aulas despertam em você mais respeito pelas culturas Africana e Indígena?

Turmas de 7º e 9º ano da U. E. Escolar Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato - PI.



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria (2025).

Dessa forma, insere-se o debate proposto pela autora Bárbara Pinheiro (2014) em seu livro “Como pensar práticas antirracistas em sala de aula”, que destaca o papel da escola no processo de valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas. Um exemplo é a Escola Maria Felipa, fundada em 2017, que tem sua sede em Salvador (BA) e utiliza o conceito de “cosmopercepção” para pensar uma educação coletiva e afrocentrada, envolvendo o ambiente escolar como um todo – desde professores até os agentes de segurança –, comprometida com a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas.

A partir dessa reflexão, nota-se que a Unidade Escolar Serra da Capivara carece de maior envolvimento da comunidade – seja acadêmica, familiar ou da própria gestão educacional do município. Isso se torna ainda mais evidente diante dos relatos dos professores sobre o “descaso” da Secretaria de Educação que apenas inseriu o componente curricular na base diversificada do município, mas não preparou a rede de ensino para trabalhar a temática,

transferindo a responsabilidade exclusivamente para os professores, que se desdobram para atender às demandas da disciplina.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar em sala de aula com a pluralidade cultural existente em nosso país revela-se como um grande desafio, devido à concepção ocidental universalizante de compreensão da realidade – que prioriza o individualismo e desconsidera as bases inter e multiculturais que contribuíram para a formação do Brasil contemporâneo. Utilizar a Unidade Escolar Serra da Capivara como locus de pesquisa, buscando entender de que maneira o componente curricular *História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* contribui para a construção de uma consciência multicultural entre estudantes e professores, nos permitiu compreender que, embora haja avanços no sistema de ensino sanraimundense com a implementação da temática, a ausência de apoio institucional e a pouca valorização da diversidade cultural brasileira ainda constituem empecilhos a serem superados.

Essa discussão passa a ter mais importância ao lembrarmos que o município de São Raimundo Nonato - PI abriga comunidades negras e quilombolas, cujas histórias e contribuições permanecem, em grande parte, marginalizadas nos espaços escolares. Reconhecer e valorizar diferentes “cosmopercepções” (Pinheiro, 2014) no espaço escolar, então, não deve ser entendido como um simples cumprimento da lei, mas como um passo essencial para a construção de uma educação que promova o respeito à diversidade e à interculturalidade, fortalecendo a compreensão do que significa ser brasileiro em toda a sua pluralidade.

REFERÊNCIAS

MENDES, Lilian Marta Grisolio. O ensino de história indígena e afro-brasileira: avanços e entraves das políticas públicas nas escolas brasileiras. **Emblemas**, v. 11, n. 2, 47-55, jul-dez, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/30409/21244>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine. Como pensar práticas antirracistas em sala de aula. In: **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023, p.61-82.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

ZANELLA, Liane Carly Hermes et al. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.